

Tribuna

Mercado reduz estimativa para inflação

Por Kelly Oliveira – Repórter da Agência Brasil Brasília

Instituições financeiras reduziram, pela oitava vez seguida, a estimativa para a inflação neste ano.

De acordo com pesquisa do Banco Central (BC) ao mercado financeiro, a previsão para a inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, passou de 3,44% para 3,43%, em 2019.

Para 2020, a estimativa caiu de 3,80% para 3,79%. A previsão para os anos seguintes não teve alterações: 3,75%, em 2021, e 3,50%, em 2022.

As estimativas para

2019 e o próximo ano estão abaixo do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta de inflação, definida pelo Conselho Monetário Nacional é 4,25% em 2019, 4% em 2020, 3,75% em 2021 e 3,50% em 2022, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. O principal instrumento usado pelo BC para controlar a inflação é a taxa básica de juros, a Selic. Quando o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade

econômica.

Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Para o mercado financeiro, a Selic deve terminar 2019 em 4,75% ao ano. Na semana passada, a expectativa estava em 5% ao ano. Atualmente, a Selic está em 5,5% ao ano.

O mercado financeiro não alterou a estimativa para o fim de 2020: 5% ao ano. Para 2021, a expectativa é que a Selic termine o período em 6,50% ao ano. Na semana passada, a previsão era 6,75% ao ano. Para o

fim de 2022, a previsão permanece em 7% ao ano.

CRESCIMENTO

A previsão para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – é mantida em 0,87% em 2019, há quatro semanas consecutivas.

As estimativas para os anos seguintes também não foram alteradas: 2%, em 2020; e 2,50%, em 2021 e 2022.

DÓLAR

A previsão para a cotação do dólar ao fim deste ano subiu de R\$ 3,95 para R\$ 4 e, para 2020, de R\$ 3,90 para R\$ 3,91.

Incerteza da economia se eleva e cresce 2,7 pontos

Por Vitor Abdala - Agencia Brasil

O Indicador de Incerteza da Economia, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), subiu 2,7 pontos na passagem de agosto para setembro deste ano. Com o resultado, o indicador chegou a 116,9 pontos, em uma escala de 0 a 200 pontos, e se mantém elevado em termos históricos.

O indicador é calculado com base em dois componentes: mídia (baseado na frequência de notícias com menção à incerteza na imprensa) e expectativa (construído a partir das previsões de analistas econômicos).

O componente mídia subiu 1,5 ponto e chegou a 115,9 pontos. Já o componente expectativa teve alta de 5,8 pontos. De acordo com o pesquisador da FGV Aloisio Campelo Jr., a alta do indicador foi motivada principalmente por questões externas, como a tensão comercial entre Estados Unidos e China e a possibilidade de uma desaceleração mais forte da economia mundial em 2020. Além disso, fatores internos também contribuíram, em especial devido a temas como a reforma tributária e a dívidas quanto ao ritmo de crescimento da economia brasileira.

Veículo: Metro1	
Data: 30/09/2019	Caderno: Economia



Economia

Previsão de crescimento do PIB se mantém estável e projeção para inflação cai, diz BC

Dados constam no Boletim Focus, feito com base em consultas a analistas do mercado financeiro



Foto: Agência Brasil

Por **Juliana Rodrigues** no dia 30 de Setembro de 2019 · 11:00

A previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – para 2019 se manteve em 0,87%, pela quarta semana consecutiva. Os dados constam no Boletim Focus do Banco Central (BC), divulgado hoje (30).

As estimativas de instituições financeiras para os anos seguintes também não foram alteradas: 2%, em 2020; e 2,50%, em 2021 e 2022.

Já a previsão para a inflação neste ano foi reduzida pela oitava vez seguida, de 3,44% para 3,43%. Para 2020, a estimativa caiu de 3,80% para 3,79%. A previsão para os anos seguintes não teve alterações: 3,75%, em 2021, e 3,50%, em 2022.

Setor público consolidado tem déficit primário de R\$ 13,45 bi em agosto

No ano, rombo foi de R\$ 21,950 bilhões, contra R\$ 34,7 bilhões em mesmo intervalo de 2018

Por **Fabio Graner e Lu Aiko Otta** — Brasília

30/09/2019 14h30 · Atualizado há 18 horas

O setor público consolidado fechou agosto com déficit de R\$ 13,448 bilhões. Um ano antes, o resultado tinha sido deficitário em R\$ 16,876 bilhões, conforme dados do Banco Central (BC) apresentados nesta segunda-feira. A mediana das projeções do mercado captadas pelo **Valor Data** era de déficit de R\$ 14,45 bilhões.





— Foto: Marcos Santos/USP Imagens

O resultado do mês reflete um déficit do governo central de R\$ 16,459 bilhões e um superávit de R\$ 2,657 bilhões dos Estados, municípios e suas respectivas estatais.

No ano, o setor público teve déficit de R\$ 21,950 bilhões, contra R\$ 34,7 bilhões em mesmo intervalo de 2018. Nos 12 meses até agosto, o déficit primário acumulado ficou em R\$ 95,508 bilhões, ou 1,36% do Produto Interno Bruto (PIB).

A meta do setor público consolidado para 2019 é de déficit de R\$ 132 bilhões, sendo R\$ 139 bilhões do governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência).

No conceito nominal de resultado fiscal, que inclui os gastos com juros, o déficit foi de R\$ 63,644 bilhões em agosto. Um ano antes, o saldo negativo estava em R\$ 76,928 bilhões. Além de refletir o déficit primário de R\$ 13,448 bilhões, o

montante mais recente também considera uma conta de juros de R\$ 50,197 bilhões.

No ano, o déficit nominal ficou em R\$ 280,759 bilhões, em comparação aos R\$ 323,490 bilhões nos oito primeiros meses de 2018. A conta de juros consome R\$ 258,808 bilhões, e resultado primário é deficitário em R\$ 21,950 bilhões.

Nos 12 meses até agosto, o déficit nominal correspondeu a R\$ 444,711 bilhões, ou 6,32% do PIB, após marcar 6,53% em julho e 7,14% no encerramento de 2018. A conta de juros, no mesmo período, soma R\$ 349,203 bilhões, ou 4,96% do PIB, o menor nível para o período desde setembro de 2014.

Os dados não incluem Petrobras e Eletrobras. Os bancos estatais também não entram na conta, pois as estatísticas se referem ao setor público não financeiro.

O chefe do departamento de estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, disse que há um processo de redução gradual do déficit primário do setor público e também da conta de juros, em proporção do PIB. Rocha destacou que o rombo acumulado de janeiro a agosto é o mais baixo para o período desde 2015 e a conta de juros, em relação ao tamanho da economia, a menor desde 2014.

“Temos gradual redução do resultado primário e também da conta de juros”, disse Rocha.

Ele também explicou que a queda da dívida líquida do setor público em agosto refletiu a desvalorização cambial, que aumentou o valor em reais das reservas em moeda estrangeira do Brasil.

Dados atualizados pelo BC mostram que para cada variação de 1% do câmbio, o efeito acontece no sentido contrário e imediato na dívida de 0,16 ponto percentual do PIB, ou R\$ 11,3 bilhões. Para cada variação de 1 ponto percentual da Selic, mantida por 12 meses, há impacto, na mesma direção, de 0,45 ponto do PIB, R\$ 31,9 bilhões.

Já cada variação de 1 ponto na inflação, mantida por 12 meses, impacta a dívida em 0,14 ponto — ou R\$ 10,1 bilhões.

Endividamento recorde

A dívida bruta atingiu 79,8% do PIB em agosto, o maior nível da série. Segundo Rocha, esse desempenho se deveu à persistência do déficit público, às emissões de dívida e à desvalorização cambial no período.

Embora ainda negativo, o resultado primário do setor público apresentou melhora de R\$ 2,8 bilhões na comparação com agosto do ano passado, puxada pelo resultado do governo federal. Por outro lado, houve aumento do déficit do INSS.

Os governos regionais permanecem com superávit, comentou Rocha. O resultado, no entanto, sofreu redução.

Os juros nominais incidentes sobre a dívida bruta do governo geral elevaram seu saldo em 0,5 pp do PIB em agosto, segundo dados do Banco Central. Já a desvalorização cambial contribuiu com 0,4 pp do PIB, segundo Rocha. O real fraco ante o dólar incide sobre os passivos e contribui para elevar a dívida, comentou.

Ele acrescentou que as contas brasileiras estão em seu sexto ano de déficit. O resultado primário precisaria atingir “um nível condizente” para estabilizar e depois reduzir a dívida pública.

Na dívida bruta, segundo os dados atualizados pelo BC, para cada variação de 1% da taxa de câmbio, há variação de 0,09 ponto do PIB na mesma direção, ou R\$ 4,7 bilhões. Nos juros, cada 1 ponto porcentual de variação, gera aumento ou queda de 0,44 ponto do PIB — ou R\$ 30,7 bilhões.

No caso da inflação, variações de 1 ponto percentual geram alta ou queda de 0,14 ponto percentual, ou R\$ 10,1 bilhões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Tênis Oakley Modoc Low 3.0 - Masculino

R\$ 499,99 - CENTAURO.COM.BR

LINK PATROCINADO

Bebe Reborn Joseph

SOB ENCOMENDA - ELO7.COM.BR

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 839.99 - MOBLY.COM.BR

LINK PATROCINADO

Vestido Kids Pompom Coelhos No Jardim Verde

R\$ 89,90 - THEMINIFOREST.COM

LINK PATROCINADO

Chapinha Arno Beauty Liss Style Pro Lisp, 230C, Bivolt, Branca

R\$ 194,90 - KABUM.COM.BR

LINK PATROCINADO

Creme Para Pentear Dove Ultra Cachos 200ml

R\$ 13.99 - LOJASREDE.COM.BR

Veículo: O Globo	Online
Data: 01/10/2019	Coluna: Economia



Dívida pública chega a R\$ 5,6 tri, ou 79,8% do PIB

Em agosto, contas públicas fecharam com rombo de R\$ 13,4 bi, inferior ao de 2018, mas déficit da Previdência continua a subir

A dívida bruta brasileira continua crescendo e bateu recorde em agosto, informou ontem o Banco Central. No mês passado, o endividamento chegou a R\$ 5,617 trilhões, equivalente a 79,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Trata-se da maior proporção do PIB da série histórica, iniciada em dezembro de 2006. Em julho, essa parcela era de 79%. A expectativa do governo é que o nível de endividamento chegue a 80% até o fim deste ano.

Esse indicador é um dos principais acompanhados por agências de classificação de risco internacionais na hora de avaliar a capacidade de pagamento de um país. Hoje, a dívida brasileiro está acima da média da dos países emergentes, nos quais a proporção é próxima de 50% do PIB. Em 2010, a dívida respondia por 52% do PIB.

O BC também informou que as contas do setor público fecharam agosto no vermelho, com déficit de R\$ 13,4 bilhões. Apesar de negativo, o montante é menor que o registrado no mesmo mês de 2018, quando o rombo foi de R\$ 16,9 bilhões. O resultado de agosto é o melhor para o mês desde 2015. Nessa conta, o governo central (que engloba o BC, o governo federal e o INSS) respondeu por um déficit de R\$ 16,5 bilhões. Já os estados registraram superávit de R\$ 2,7 bilhões, e as empresas estatais foram superavitárias em R\$ 355 milhões em agosto.

Segundo o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, o governo central tem contribuído gradualmente para a redução do déficit nos últimos meses. O rombo do INSS continua tendo peso significativo nas contas públicas. Em agosto, o déficit da Previdência foi de R\$ 20,6 bilhões, o maior para o mês da série histórica do BC.

No ano, também houve melhora nas contas públicas, apesar de continuarem deficitárias. De janeiro a agosto de 2019, o déficit primário do setor público foi de R\$ 21,9 bilhões, 37% menor que os R\$ 34,7 bilhões do mesmo período de 2018. A meta de déficit primário para este ano é de R\$ 139 bilhões.

Veículo: Política Livre	
Data: 30/09/2019	Caderno: Economia



Dívida bruta brasileira sobe em agosto, bate recorde e encosta em 80% do PIB

ECONOMIA

Em meio ao forte déficit na Previdência Social, a dívida bruta brasileira bateu novo recorde em agosto. Dados divulgados nesta segunda-feira, 30, pelo Banco Central mostram que ela atingiu R\$ 5,62 trilhões no mês passado, o equivalente a 79,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Este é o maior percentual da série histórica do BC, iniciada em dezembro de 2006. A Dívida Bruta do Governo Geral – que abrange o governo federal, os governos estaduais e municipais, excluindo o Banco Central e as empresas estatais – é uma das principais referências para avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade de solvência do País. Na prática, quanto maior a dívida, maior o risco de calote por parte do Brasil. No melhor momento da série histórica, em dezembro de 2013, a dívida bruta brasileira chegou a 51,5% do PIB. Desde então, os constantes déficits (resultados negativos) nas contas dos governos têm elevado o endividamento. Apenas em agosto, o déficit primário do setor público brasileiro foi de R\$ 13,45 bilhões. A cifra reflete a diferença entre receitas e despesas, antes mesmo do pagamento dos juros da dívida pública. No mês passado, o governo federal até conseguiu registrar um superávit, de R\$ 4,20 bilhões, mas o esforço se perdeu em função do rombo de R\$ 20,63 bilhões nas contas da Previdência. No acumulado de janeiro a agosto deste ano, o déficit primário do setor público soma R\$ 21,95 bilhões, sendo que o rombo do INSS no período é de R\$ 131,74 bilhões. Com o resultado no vermelho, resta ao Tesouro Nacional emitir títulos públicos para fechar as contas, o que ajudou a elevar a dívida bruta a quase 80% do PIB. “Já estamos com déficits primários desde 2014 e este será o sexto ano, sendo que, para estabilizar ou reduzir a dívida bruta, seria preciso alcançar superávits primários”, pontuou o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, durante a apresentação dos números. Rocha lembrou que o responsável pela política fiscal do governo é o Ministério da Economia e, por isso, evitou comentar sobre qual patamar de resultado primário seria necessário para a estabilização da dívida bruta e sua eventual redução. O BC informou ainda que a Dívida Líquida do Setor Público – que leva em consideração também as reservas internacionais – atingiu R\$ 3,86 trilhões em agosto, o que equivale a 54,8% do PIB. Em julho, o percentual havia sido de 55,8% do PIB. Neste caso, conforme Rocha, a redução da dívida está ligada à alta do dólar ante o real no período, que influencia positivamente o valor das reservas internacionais do País. Os dados do BC mostraram ainda que, em agosto, os gastos do setor público brasileiro com os juros da dívida foram de R\$ 50,20 bilhões. De janeiro a agosto, esta despesa já chega a R\$ 258,81 bilhões, ou 5,49% do PIB.

Veículo: G1	
Data: 30/09/2019	Caderno: Economia



Contas do setor público registram déficit de R\$ 13,44 bilhões em agosto

Com isso, houve melhora frente ao mesmo período do ano passado (-R\$ 16,87 bilhões).

Dívida bruta subiu para 79,8% do PIB em agosto, novo recorde, informou o Banco Central.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

30/09/2019 14h06 Atualizado há 19 horas

As contas do setor público consolidado, que englobam o governo federal, estados, municípios e empresas estatais, registraram um **déficit primário de R\$ 13,448 bilhões em agosto**, de acordo com informações divulgadas nesta segunda-feira (30) pelo Banco Central ([BC](#)).

Isso significa que as receitas de impostos e contribuições do governo foram menores do que as despesas neste período. A conta não inclui os gastos com o pagamento dos juros da dívida pública.

O resultado das contas públicas no mês passado representa melhora em relação ao mesmo período do ano passado – quando o saldo negativo foi R\$ 16,876 bilhões. No mesmo mês de 2017, o rombo fiscal somou R\$ 9,529 bilhões.

Contas do Setor Público Consolidado

Para meses de agosto, em R\$ bilhões



Fonte: Banco Central

No mês passado, ainda de acordo com o BC:

- o governo federal respondeu por um déficit primário de R\$ 16,459 bilhões;
- os estados apresentaram um resultado positivo (superávit) de R\$ 2,657 bilhões;
- as empresas estatais registraram um déficit primário de R\$ 355 milhões.
-

Parcial do ano

O resultado das contas do setor público consolidado no acumulado do ano favorece o cumprimento da meta fiscal para 2019, ou seja, do resultado prefixado para as contas públicas.

No acumulado do ano até agosto, as contas públicas apresentaram um déficit primário de R\$ 21,950 bilhões, menor do que o registrado no mesmo período do ano passado, quando foi registrado um déficit de R\$ 34,700 bilhões.

Para este ano, o setor público está autorizado a registrar déficit (despesas maiores que receitas) de até R\$ 132 bilhões. Esse valor também não inclui os gastos com juros da dívida.

Em todo ano de 2018, as contas do setor público tiveram um déficit primário de R\$ 108 bilhões, ou 1,57% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Foi o quinto ano seguido de rombo nas contas públicas.

Após despesas com juros

Quando se incorporam os juros da dívida pública na conta – no conceito conhecido no mercado como resultado nominal, utilizado para comparação internacional –, houve déficit de R\$ 63,644 bilhões nas contas do setor público em agosto.

Já em 12 meses até agosto deste ano, o resultado **ficou negativo (déficit nominal) em R\$ 444,711 bilhões, o equivalente a 6,32% do PIB** – valor alto para padrões internacionais e, também, para economias emergentes.

Esse número é acompanhado com atenção pelas agências de classificação de risco para a definição da nota de crédito dos países, indicador levado em consideração por investidores.

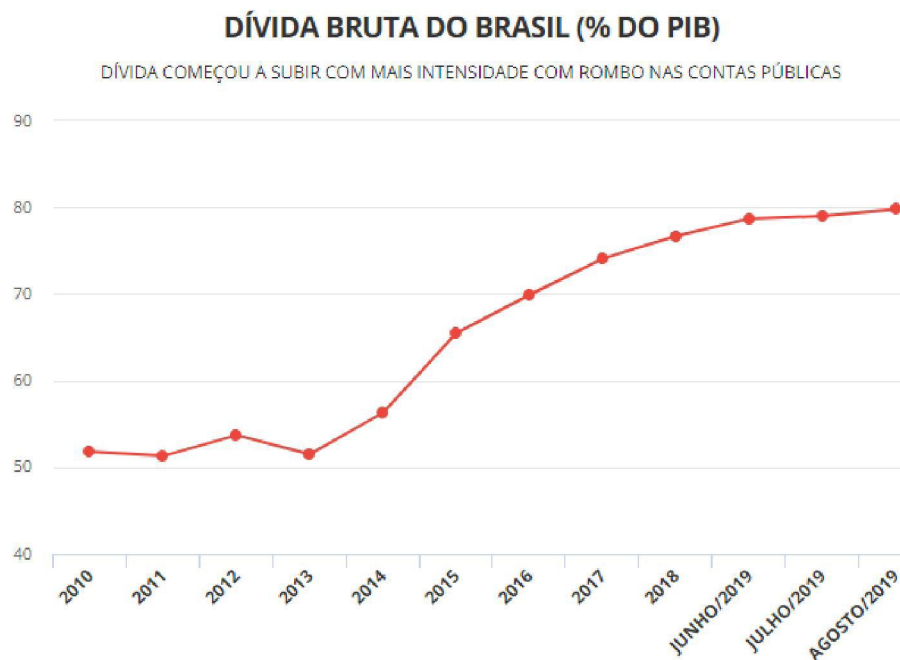
O resultado nominal das contas do setor público sofre impacto das atuações do BC no câmbio (via contratos de **swap cambial**) e, também, dos juros básicos da economia (taxa Selic), fixados pelo Banco Central para conter a inflação. Atualmente, a Selic está em 5,5% ao ano, na mínima histórica.

As despesas com juros nominais somaram R\$ 50,187 bilhões no mês passado e R\$ 349,203 bilhões em 12 meses até agosto de 2019 (4,96% do PIB).

Dívida bruta

A dívida bruta do setor público, uma das principais formas de comparação internacional (que não considera os ativos dos países, como as reservas cambiais), avançou em agosto. Esse indicador é acompanhado mais atentamente pelas agências de classificação de risco.

A dívida, que estava em 77,2% do PIB no fim do ano passado, já havia avançado para 79% do PIB (R\$ 5,540 trilhões) em julho deste ano. E, em agosto, **subiu para R\$ 5,617 trilhões** (79,8% do PIB, novo recorde).



Fonte: BANCO CENTRAL

Em junho, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, informou que a instituição está projetando que a dívida bruta do setor público **crezca para 80% no final deste ano**.

"Se o Brasil fosse um país desenvolvido, não seria preocupante. Mas para países emergentes, a média [da dívida bruta] é de 50% do PIB. Ou seja, para o grupo de países que participamos, a nossa dívida já é excessivamente elevada", declarou Mansueto naquele momento.

CONTAS NEGATIVAS**Setor público registra déficit primário de R\$ 13,44 bi****WELLTON MÁXIMO**

Agência Brasil, Brasília

Formado por União, estados, municípios e empresas estatais, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 13,448 bilhões em agosto, divulgou ontem o Banco Central (BC). O resultado representa leve melhora em relação a agosto do ano passado, quando as contas ficaram negativas em R\$ 16,876 bilhões, mas o déficit ainda é superior ao rombo de R\$ 9,529 bilhões registrado no mesmo mês de 2017.

O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. O montante difere do resultado divulgado na última sexta-feira pelo Tesouro Nacional porque, além de considerar os governos locais e as estatais, o BC usa uma metodologia di-

ferente, que considera a variação da dívida dos entes públicos.

No mês passado, segundo o BC, o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) teve déficit primário de R\$ 16,459 bilhões. Os estados e os municípios registraram superávit de R\$ 2,657 bilhões; e as estatais, déficit primário de R\$ 355 milhões.

Nos oito primeiros meses do ano, o setor público acumula déficit de R\$ 21,95 bilhões. O déficit primário do Governo Central chega a R\$ 42,535 bilhões de janeiro a agosto. O resultado negativo foi parcialmente compensado pelos superávits primários dos estados e municípios e estatais.

Veículo: Bocão News	Caderno: Política
Data: 01/10/2019	



Política

Dívida bruta volta a crescer em agosto e encosta em 80% do PIB



01 de Outubro de 2019 às 05:21 Por: **Daniel Isaia/Agência Brasil** Por: **Folhapress** 0 comentários

A dívida bruta do governo atingiu em agosto o equivalente a 79,8% do PIB (Produto Interno Bruto), superando a patamar recorde anterior, alcançado em abril deste ano (79,1% do PIB), segundo o Banco Central. Em relação a julho deste ano, houve aumento de 0,8 ponto percentual.

A dívida bruta, que inclui os números do governo federal, INSS e governos estaduais e municipais, alcançou R\$ 5,6 trilhões em agosto. O indicador tem subido anualmente desde 2013. Em agosto daquele ano, estava em 53,5% do PIB.

Como o país deixou de ser superavitário em 2014 e começou a registrar déficits, o endividamento disparou nos últimos anos e se agravou também devido à recessão iniciada naquele ano e seguida por um período de fraco crescimento que perdura até hoje.

Somente em 2019, houve crescimento de 2,6 pontos na relação dívida bruta/PIB, devido a fatores como efeitos da incorporação de juros (aumento de 4,0 p.p.), emissões líquidas de dívida (aumento de 0,6 p.p.), ajuste decorrente da desvalorização cambial (aumento de 0,3 p.p.) e do crescimento do PIB nominal, que contribuiu para uma redução de 2,3 p.p. na dívida.

Devido às manobras fiscais realizadas no governo Dilma Rousseff, que criaram distorções nos dados da dívida líquida, analistas passaram a dar mais importância à dívida bruta para avaliar o nível de endividamento do país.

O nível próximo de 80% do PIB é considerado alto para países emergentes, que têm mais dificuldades para se financiar e pagam juros mais altos que nações desenvolvidas.

Em evento realizado na segunda (30) pela Abimaq (associação do setor de máquinas e equipamentos), o economista Felipe Salto, diretor-geral da IFI (Instituição Fiscal Independente), comentou o aumento da dívida bruta nos últimos anos, ao afirmar que ainda há quem afirme que o aumento dos gastos públicos

não são um problema e que defenda que o governo deveria rever a regra constitucional do teto de gastos.

A dívida líquida do setor público alcançou em agosto 54,8% do PIB. Em 2013, estava próxima de 35% do PIB. Os dados divulgados pelo BC na segunda-feira (30) mostram também que o setor público registrou déficit primário de R\$ 13,4 bilhões em agosto, abaixo dos R\$ 16,9 bilhões no mesmo mês de 2018.

FOLHA DE S.PAULO



Governo usará fase final da Previdência para tentar recompor economia com reforma

BRASÍLIA O governo quer tentar reverter mudanças feitas pelo relator da reforma da Previdência no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), que reduziram o impacto da medida nas contas públicas. A votação da proposta deve começar nesta terça (1º).

Ainda é possível aprovar alterações na versão apresentada pelo tucano. A equipe econômica pretende aproveitar a análise do texto na CCJ (comissão de Constituição e Justiça) e no plenário do Senado para recuperar trechos aprovados na Câmara, mas que foram derrubados por Jereissati.

Para reduzir a resistência ao projeto, o relator fez, por exemplo, alteração para garantir que a pensão por morte não seja inferior a um salário mínimo (R\$ 998).

Apesar de reconhecer a dificuldade em reverter isso, o Ministério da Economia quer mostrar posição contrária.

O governo planeja colocar em votação emenda para que a pensão possa ser menor que um salário mínimo quando não for a única renda formal

da viúva, como aprovado pelos deputados, em agosto. Técnicos alegam que o gasto com pensões é um dos mais elevados do mundo e que a regra negociada com a Câmara busca cortar privilégios.

A equipe econômica também quer reincluir na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma a previsão de critérios mais rígidos para que gratificações permanentes recebidas por funcionários públicos sejam incluídas nas aposentadorias.

Jereissati retirou essa parte da PEC principal e incluiu ideia semelhante na PEC paralela, que reúne ajustes na reforma defendidos por senadores, mas que ainda não tem prazo para ser votada.

Se a PEC paralela não avançar no Congresso, servidores cuja carreira tem programa permanente de gratificação por desempenho ficarão poupados de regras mais duras. Atualmente, há servidores que se aposentam com base nas gratificações do último ano, que pode incluir, por exemplo, bonificação recente

876,7 bi
de reais em
dez anos é a
estimativa de
economia com
a reforma da
Previdência

por mestrado ou doutorado.

A última estimativa de economia com a PEC principal da reforma da Previdência é de R\$ 876,7 bilhões em dez anos para a União. Mas o governo ainda deverá divulgar uma nova previsão após as mudanças.

Interlocutores do governo no Senado estão otimistas em relação à votação. Mas, diante de pressões por mais mudanças, a equipe econômica deve ir a campo para conter esse movimento.

Maior bancada na Casa, o MDB defende regras mais vantajosas para que o trabalhador receba o abono salarial do que as aprovadas na Câmara. O abono funciona como 14º salário para trabalhadores de baixa renda. A oposição também apresentará emendas.

A expectativa do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), é que a reforma seja aprovada na CCJ pela manhã e siga, à tarde, para o plenário — onde a votação pode se estender até o dia seguinte. O segundo turno de votação está previsto para meados de outubro. **Thiago Resende**

Em tempo de ajuste fiscal, governo digital tenta avançar no país

Necessidade de corte de gastos e de entregar serviços à população, administração pública investe na digitalização atividades do governo

Por Ana Conceição — De São Paulo

01/10/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas





Letícia Piccolotto, do BrazilLab: “Governo precisa evitar risco de gerar a e-burocracia, como ocorreu com o e-social” — Foto: Divulgação

Premida pela necessidade de cortes nos gastos e de entregar serviços à população, a administração pública procura digitalizar atendimento ao cidadão, uma estratégia que promete economia de bilhões de reais por ano. No governo federal, segundo dados da Secretaria de Governo Digital, dos 3.311 serviços espalhados em 182 órgãos, 1.583 estão totalmente digitalizados, ou 47,8%. Em 2017, quando o processo começou a ser acelerado, havia 322 serviços totalmente realizados por sistemas de informação, sem exigir interação humana. Exemplos de serviços totalmente

digitalizados são a reaquisição de aposentadoria no INSS e a carteira de trabalho.

Dentro dos órgãos, o grau de digitalização varia bastante. Dos 182 do governo federal, apenas nove estão com os serviços 100% digitalizados, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O INSS tem 87% dos serviços informatizados, e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), 83%. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), maior universidade do país, tem 29%.





Luis Felipe Monteiro, secretário nacional de Governo Digital, diz que a meta é ter todos os serviços totalmente digitalizados até o fim da atual gestão. A expectativa é que a digitalização de cerca de 2 mil serviços entre 2019 e 2022 gere uma economia de R\$ 7 bilhões ao ano, dos quais R\$ 3,5 bilhões pelo governo e o restante pelos usuários. A secretaria fez projeções apenas para os serviços digitalizados a partir deste ano.

Dados do Ministério da Ciência e Tecnologia mostram que países com processos de digitalização mais avançados notaram uma redução de 97% nos custos de atendimento, a maior parte deles em mão de obra. O estudo “Estratégia Brasileira para A Transformação Digital”, de 2018, mostra

que o atendimento presencial custa, em média, US\$ 14, contra US\$ 6,30 do atendimento telefônico, e US\$ 0,39 do atendimento on-line. Um estudo do governo de Minas Gerais estimou um custo de R\$ 5,72, para o atendimento telefônico, outro de R\$ 0,35 para atendimento em totens e de R\$ 0,07 para o on-line.

Monteiro cita como exemplo de digitalização o alistamento militar, que agora pode ser feito pela internet, o que deve gerar economia de R\$ 300 milhões por ano. A maior parte da economia, diz, é na mão de obra. Caso que o secretário considera “emblemático” é a emissão do certificado veterinário internacional, necessário para levar animais de estimação para o exterior. O processo, antes todo em papel, envolvia 195 profissionais do Ministério da Agricultura espalhados pelos aeroportos do país. Hoje, com o processo digital, são 20 funcionários. Os outros 175 foram alocados em outros serviços, como fiscalização. Em um outro exemplo, a emissão do certificado internacional de vacinação exigia da Anvisa mais de 600 funcionários só para fazer o processo de verificação. Com a prestação do serviço on-line, hoje são necessários 75 servidores.

O governo federal tem expressado preocupação com a necessidade de reduzir pessoal. Em março, foram estabelecidas regras mais rígidas para a realização de concursos públicos. Em junho, o ministro da Economia,

Paulo Guedes, afirmou que não pretende autorizar novos certames para contratações de servidores. Num primeiro momento, a digitalização pode não implicar redução no número de funcionários, porque eles podem ser realocados para outros serviços. Depois, porém, a necessidade de contratação pode ser reduzida. No INSS, por exemplo, cerca de um terço dos servidores já pode se aposentar.

No Brasil, iniciativas visando a implementação de governo eletrônico existem desde o ano 2000 e culminaram com a edição, em 2016, dos decretos que criaram as políticas de dados abertos e de governança digital, além da plataforma de cidadania digital. O avanço, porém, tem sido considerado lento por especialistas. No mais recente Índice de Desenvolvimento de Governo Eletrônico (EGDI), da Organização das Nações Unidas (ONU), em um grupo de 193 países, o Brasil ficou 44º lugar, em 2018.

É uma posição melhor que a de 2016 - o indicador é bienal - quando marcou a 51º posição, mas similar à de 2008, 45º lugar. Entre os vizinhos latino-americanos, Argentina, Chile e Uruguai estão mais adiantados. Lideram o ranking Dinamarca, Austrália, Coreia do Sul e Reino Unido, pela ordem.

Para o pesquisador Alexandre Barbosa, do Instituto Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS-Rio), a

emergência de novas tecnologias como a inteligência artificial e o blockchain, abre a oportunidade para repensar a forma como o serviço público é ofertado. No entanto, mais que permitir acesso a serviços, a criação de uma identidade digital única, em que o cidadão tenha controle sobre seus dados, deveria estar na base de um governo digital, afirma o especialista.

“A identidade digital pode ser entendida como uma mera coleta de dados biométricos de cidadãos para serem armazenados em banco de informações, que dá maior controle e vigilância para o Estado. Ou pode ser entendida como algo que coloque o cidadão no controle da gestão desses dados”, diz Barbosa.

Ainda não há uma experiência internacional consolidada de identidade digital no sentido descrito por Barbosa. O Reino Unido, um dos países que têm avançado nessa seara, lançou em agosto uma consulta pública sobre o tema. A Índia formou o maior banco de dados de informação biométrica do mundo para distribuição de subsídios para a população, mas não passou muito disso. No Brasil, o governo elabora um plano de integração dos serviços prestados pelos órgãos a uma plataforma de cidadania digital, mas para especialistas a discussão sobre identidade digital ainda é pequena.

Para Letícia Piccolotto, presidente do BrazilLab, uma aceleradora de startups voltadas para o setor público, o Brasil ainda caminha a passos lentos em um governo digital integrado, embora reconheça que a discussão tem avançado. “Três anos atrás o assunto era praticamente inexistente. O primeiro desafio era fazer essa pauta se tornar compreendida e prioritária entre os gestores públicos. Agora, é um movimento sem volta”.

Neste momento, o maior perigo é transferir a tradicional burocracia brasileira para o mundo digital. “Há um risco muito grande da e-burocracia, como ocorreu com o e-social, por exemplo”, afirma Letícia. Ambos os especialistas chamam atenção para o fato de órgãos que já oferecem serviços on-line não “conversarem” entre si. Assim, um cadastro feito no INSS não serve para a Receita Federal, por exemplo. “Há um risco de perda de recursos e de eficiência quando você faz digitalização sem uma estratégia sólida por trás. Se for assim, o ganho muito periférico”, diz Barbosa.

Um segundo desafio é levar a digitalização a todos. Alix Birche, do Instituto Tellus, que fomenta iniciativas de governo digital, diz que as estratégias precisam levar em conta que nem todos têm acesso ao básico, como internet e smartphones. “Alguns serviços públicos presenciais continuarão sempre existindo e precisam ser redesenhados e qualificados. Quando se fala em escala, deve-se levar em

conta todos os públicos, até mesmo aqueles que estão fora das redes.”

Segundo a mais recente pesquisa do Centro de Estudos da Tecnologia da Informação e Comunicação (Cetic.br), apenas 49% da população da zona rural tem acesso à internet. Nas zonas urbanas, 74% estão conectados. Mas a distribuição é desigual. Enquanto 92% das classes A e B e 76% da classe C têm acesso à internet, apenas 48% das classes D e E estão conectadas. Na mesma pesquisa, apenas 25% declararam ter realizado algum serviço público - como emissão de documentos, preenchimento de formulários, pagamento de impostos - via internet.

O estudo do Ministério de Ciência e Tecnologia reconhece que, embora a quantidade de brasileiros acessando a internet tenha aumentado nos últimos anos, a proporção de usuários de serviços de governo on-line não tem crescido. “Isso indica que é preciso expandir a oferta, a eficácia e a eficiência desses serviços, para que os cidadãos possam solicitar, acompanhar e completar demandas sem a necessidade de deslocamento até agências ou postos de atendimento do governo”, afirma.

PIB do Estado de São Paulo caiu 0,3% em julho, diz Fundação Seade

Segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, a redução em relação ao mês anterior foi influenciada pela indústria, que recuou 1,5% ante junho

Por Valor — São Paulo

30/09/2019 16h14 · Atualizado há 18 horas



Foto: Emir Krasnić/Pixabay

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo caiu 0,3% entre junho e julho, feitos os ajustes sazonais, segundo medição divulgada nesta segunda-feira (30) pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Na comparação com igual mês de 2018, houve expansão de 1,4%. Em 12 meses, a economia paulista cresceu 1,3%.

A redução em relação ao mês anterior foi influenciada pela indústria, que recuou 1,5% ante junho. De acordo com a Seade, o setor representa cerca de 22% do PIB estadual. Já a atividade da agropecuária e dos serviços avançou 6,3% e 0,5% em igual ordem, respectivamente.

Nos três meses encerrados em julho, o PIB paulista teve crescimento nulo sobre o trimestre terminado em junho, na comparação dessazonalizada.

A Seade estima que a economia estadual vá crescer 1,5% este ano, mais do que o dobro da taxa esperada para o PIB brasileiro (0,7%). “A vantagem da economia paulista vem sendo carregada pelo maior dinamismo do seu setor de serviços, justamente no momento em que a indústria passa a registrar taxas negativas, tanto para o Estado de São Paulo como para Brasil”, afirma a entidade em nota.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 01/10/2019	Coluna: Economia



OMC VOLTA A REDUZIR PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DO COMÉRCIO EM 2019



1 Outubro, 2019

A Organização Mundial do Comércio (OMC) reduziu ainda mais a projeção de crescimento do comércio mundial para 2019 e 2020, citando a escalada das tensões comerciais e a desaceleração da economia global.

Para 2019, a OMC passou a projetar um crescimento de 1,2%, abaixo da estimativa anterior de 2,6% feita em abril. Já para 2020, a previsão é de avanço de 2,7%, ante estimativa anterior de alta de 3%. Em 2018, o comércio mundial de produtos cresceu 3%, segundo dados da OMC.

De acordo com relatório publicado nesta terça-feira (1) pela entidade, “os riscos negativos permanecem altos”, uma vez que conflitos como a guerra comercial entre Estados e China aumentam as incertezas e têm levado empresas a adiarem investimentos.

Conforme o G1, no dia 19, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) também reduziu de maneira considerável as previsões de crescimento da economia mundial, passando a projetar um crescimento de 2,9% em 2019 e 3% em 2020, após uma expansão de 3,6% em 2018.

Veículo: Correio*

Data: 01/10/2019

Caderno: Economia

Correio*
O QUE A BARRA QUER SABER

Bancos cortam juros do crédito imobiliário

CASA PRÓPRIA Na esteira de mais um corte dos juros básicos da economia, anunciada na semana passada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), os bancos privados deram início a uma ofensiva no mercado de crédito imobiliário. Após o Itaú ter anunciado na sexta-feira uma queda na taxa mínima de 8,30% ao ano mais taxa referencial (TR) para 7,45%, ontem o Bradesco seguiu o movimento: redução de

8,10% para 7,30%, a menor taxa do mercado. Os dois maiores bancos privados disputam a vice-liderança do setor, dominado pela Caixa Econômica Federal, tanto em volume quanto em valor de concessões.

Com a reação das duas instituições, considerando as cinco maiores do mercado, a taxa mínima para linhas de financiamento do segmento abre o mês de outubro com média de 7,91%, queda de

0,33 ponto percentual. Em julho, o Santander também já havia reduzido a sua taxa de 8,50% para 7,99%.

Questionado, o banco espanhol não descarta novo corte para as próximas semanas, apesar de estar mais centrado, neste momento, em linhas de crédito pessoal. Ontem, anunciou redução de 1,05% para 0,99% em seu produto de empréstimo com garantia de imóvel. Conhecido por home equity, espé-

cie de hipoteca, linha é defendida pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Chama a atenção do mercado a ausência da Caixa Econômica Federal no movimento de queda de juros no crédito imobiliário. O banco mantém sua taxa mínima em 8,50% desde junho. Procurada, a Caixa não respondeu aos pedidos de entrevista até o fechamento desta edição.

PAÍS PRECISA CAPACITAR 10,5 MILHÕES DE TRABALHADORES

INDÚSTRIA O Brasil precisará qualificar 10,5 milhões de trabalhadores industriais até 2023 para suprir a demanda de profissões ligadas à tecnologia. A conclusão consta do Mapa do Trabalho Industrial 2019-2023, lançado pelo Senai para orientar a oferta de cursos da instituição nos próximos anos.

A maior parte desses 10,5 milhões de profissionais ligados à indústria precisará passar por cursos de reciclagem ou de aperfeiçoamento, tanto para dar conta da modernização de postos existentes como para repor vagas existentes de trabalhadores que se aposentaram ou se desligaram dos serviços. O estudo, no entanto, detectou o potencial de criação de 33.453 vagas relacionadas às mudanças tecnológicas.

SETOR DE TURISMO

20,4 bilhões de reais foi o faturamento do setor de turismo em julho. De acordo com levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. O montante representa uma alta de 9% em relação a junho e de 1,5% sobre igual mês do ano passado

MERCADO FINANCEIRO PREVÊ TAXA BÁSICA DE JUROS A 4,75%

BOLETIM FOCUS Os economistas do mercado financeiro alteraram suas projeções para a Selic (a taxa básica da economia) no fim de 2019 e passaram a prever juros ainda menores. O Relatório de Mercado Focus trouxe, ontem, que a mediana das previsões para a Selic este ano foi de 5% para 4,75% ao ano. Há um mês, estava em 5%.

Já a projeção para a Selic no fim de 2020 permaneceu em 5% ao ano, ante 5,25% de quatro semanas atrás.

No caso de 2021, a projeção foi de 6,75% para 6,50%, ante 7% de um mês antes. A projeção para a Selic no fim de 2022 permaneceu em 7%, mesmo porcentual de quatro semanas antes.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 4,1547	R\$ 4,1552
Dólar Turismo	R\$ 4,14	R\$ 4,2487
Euro Turismo	R\$ 4,54	R\$ 4,715

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	104.765,52	-0,25

POUPANÇA

17/10/2019	0,3719%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 998,00

INFLAÇÃO

	Agosto	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,37%	2,54%	3,43%
INPC/IBGE	0,12%	2,68%	3,28%
IGP-M/FGV	-0,67%	4,06%	4,85%

DÍVIDA PÚBLICA BATE RECORDE

Governo A dívida bruta continua crescendo e bateu recorde em agosto, informou ontem o Banco Central. No mês passado, o endividamento chegou a R\$ 5,617 trilhões, equivalente a 79,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Trata-se da maior proporção do PIB da série histórica.

Tribuna



Selic 2019 sai de 5% para 4,75% ao ano e segue em queda

Agência Estado

Os economistas do mercado financeiro alteraram suas projeções para a Selic (a taxa básica da economia) no fim de 2019 e passaram a prever juros ainda menores. O Relatório de Mercado Focus trouxe nesta segunda-feira, 30, que a mediana das previsões para a Selic este ano foi de 5% para 4,75% ao ano. Há um mês, estava em 5%. Já a projeção para a Selic no fim de 2020 permaneceu em 5% ao ano, ante 5,25% de quatro semanas atrás.

No caso de 2021, a projeção foi de 6,75% para

6,50%, ante 7% de um mês antes. A projeção para a Selic no fim de 2022 permaneceu em 7%, mesmo percentual de quatro semanas antes.

Há duas semanas, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC cortou a Selic em 0,50 ponto percentual, de 6% para 5,50% ao ano. Foi o segundo corte consecutivo da taxa básica. No comunicado sobre a decisão, o BC avaliou que o cenário externo, apesar de incerto, está favorável para países emergentes. Além disso, reconheceu avanços nas reformas econômicas e divulgou projeções comportadas de inflação para 2019 e 2020.

Neste contexto, a institui-

ção também indicou que pode promover novos cortes na Selic. Estas mensagens foram reforçadas pela ata do encontro e pelo Relatório Trimestral de Inflação (RTI), divulgados na semana passada.

No grupo dos analistas consultados que mais acertam as projeções (Top 5) de médio prazo, a mediana da taxa básica em 2019 permaneceu em 4,75% ao ano, ante 5% de um mês antes. No caso de 2020, passou de 4,75% para 4,50% ao ano, ante 5% de quatro semanas atrás.

A projeção para o fim de 2021 no Top 5 permaneceu em 6,50%. Há um mês, estava em 7%. Para 2022, a projeção do Top 5 seguiu em 6,50% ao ano, ante 7% de um mês antes.

Tribuna



BNDES diz que operações com Odebrecht deram prejuízo de R\$ 14,6 bilhões ao banco

Vitor Abdala - Repórter da Agência Brasil Rio de Janeiro

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou ontem que as operações feitas entre a instituição e o grupo Odebrecht, de 2003 a 2018, resultaram em perdas, já ocorridas ou potenciais, de R\$ 14,6 bilhões. A informação foi divulgada por meio de nota que, segundo o BNDES, tem o objetivo de dar transparência às ações do banco.

Segundo o BNDES, R\$ 3,7 bilhões se referem a perdas da União em créditos no financiamento à exportação. Outros R\$ 8,7 bilhões seriam perdas potenciais (máximas), correspondentes ao valor de exposição total do BNDES em créditos perante as empresas em recuperação judicial do grupo Odebrecht.

O restante das perdas, seriam, segundo o banco, decorrentes da venda de suas ações da Atvos (perda

efetiva de R\$ 800 milhões) e do valor das ações da OTP (que resultariam numa perda potencial de R\$ 1,4 bilhão). De acordo com a nota, nesses 16 anos (2003 a 2018), o BNDES investiu R\$ 51,3 bilhões na Odebrecht, através de oferta de crédito direto e indireto, financiamento específico a exportações e aquisição de participações societárias. A Agência Brasil entrou em contato com a Odebrecht mas não obteve uma resposta.

Tribuna

Terça, 1º/10/2019

Cidade

Tribuna da Bahia 7

MEC decide desbloquear quase R\$ 2 bilhões

Ensino superior, atingido pelo corte em abril, receberá cerca de 58 ME Maria Eduarda Cardim IM Isadora Martins", Correio Brasiliense O ministro da Educação, Abraham Weintraub, e a secretária-executiva adjunta do MEC, Maria Fernanda Bitencourt participaram da coletiva para falar sobre o tema (foto: Luciano Freire/MEC)

O Ministério da Educação anunciou, em coletiva nesta segunda-feira (30), que R\$ 1,9 bilhão de recursos será descontingenciado da pasta. Esse recurso será dividido entre algumas áreas da educação. As universidades, que foram atingidas pelo corte em abril, receberão cerca de 58% deste valor, o que representa R\$ 1,156 bilhão.

O ministro da pasta, Abraham Weintraub, afirmou que o descontingenciamento foi feito de "forma imediata" e será proporcional ao contingenciamento. "Tudo isso foi feito para evitar uma interrupção dos serviços. Fomos administrando na boca do caixa o que podia ser postergado sem prejudicar a população. Não foi um ano fácil, foi um ano difícil que a gente herdou", afirmou

Weintraub.

Segundo o ministro, os recursos liberados pelo Ministério da Economia são frutos da recuperação econômica e da boa gestão. "Agora estamos descontingenciado e a vida segue. Não teve universidade parando, não teve falta de luz, não teve falta de comida no banheiro, não teve hospital universitário fechando leitos", completou.

Em abril, 30% das verbas discricionárias das universidades e institutos federais foram bloqueadas. Com parte dos recursos descontingenciados, apenas 15% das despesas discricionárias das universidades ainda continua bloqueado. A Universidade de Brasília (UnB), que foi afetada pelo bloqueio de verbas, por exemplo, receberá R\$ 21,9 milhões. "Está indo agora para eles", disse o ministro.

O restante dos recursos descontingenciados será destinado para educação básica, concessão de bolsas de pós-graduação e para a realização de exames educacionais. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) receberá R\$ 270 milhões para manuten-



ção e execução de bolsas de estudos que estão em vigência.

Já o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) receberá R\$ 105 milhões para a aplicação de exames e formulação de políticas educacionais. O Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD) também

será beneficiado com os recursos. De acordo com a pasta, R\$ 290 milhões irão garantir os livros didáticos até 2020.

Weintraub ainda disse que espera descontingenciar mais em outubro. Dos R\$ 5,8 bilhões que foram contingenciados na pasta no início do ano, restam R\$ 3,8 bilhões. Ao ser questionado

se este valor será descontingenciado até o fim do ano, o ministro respondeu que acredita que caminha para recuperar quase a totalidade do que foi contingenciado. "Certeza não tenho como falar. Certeza é só a morte. A gente sempre trabalha com probabilidades. A probabilidade hoje é muito maior do que era seis me-

ses atrás", afirmou.

"NÃO FOI CORTE"

Na coletiva, o ministro voltou a sustentar o discurso de que não houve corte, mas contingenciamento. Weintraub também afirmou buscar uma relação positiva com a imprensa, pedindo para que os jornais parem de soltar o que ele classifica como "notícias negativas". Sobrou espaço, ainda, para alfinetar o governo anterior. "Parem de soltar notícias negativas. Passamos um tempo difícil e tivemos uma recepção ruim dos veículos, de forma muito dura. Mas estou aqui, de braços abertos, para melhorar a educação brasileira que foi destruída nos últimos 20 anos."

Horas antes, pelo Twitter, o ministro da Educação foi bem menos diplomático. Ele escreveu: "O DESCONTINGENCIAMENTO (não foi corte) começa hoje, conforme venho falando há 6 meses. Serão liberados R\$ 2 bilhões.

Haverá uma coletiva de imprensa 10:30. Será que os marinhos ou os frias vão mandar seus empregados admitir que 'erraram'?", questionou ele, em referência à Rede Globo e Folha de São Paulo.